

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007*



**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 16.11.2006

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. PROJECTOS ESCOLARES - OUTROS APOIOS

. Agrupamento de Escolas de Soure

4.1. Deslocação aos Açores

4.2. Visita de Estudo a França

Ponto 5. **CULTURA**

. APOIO AO FOLCLORE

. Grupo Etnográfico de Samuel

- Deslocação a Espanha

Ponto 6. **CULTURA**

. 25 DE ABRIL DE 1974 - PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES DO XXXIII ANIVERSÁRIO

**06.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007**

**Ponto 7. URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

. Bairro Pré-Fabricado

- Homologações de Autos de Recepção Provisória

7.1. Demolição de 1 Casa Pré-Fabricada - 4.<sup>a</sup> Fase

7.2. “ “ “ “ “ - 5.<sup>a</sup> “

7.3. “ “ “ “ “ - 6.<sup>a</sup> “

**Ponto 8. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS**

. CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO - DAS FREGUESIAS

. Ampliação do Cemitério da Granja do Ulmeiro

- Homologação de Auto de Recepção Provisória

**Ponto 9. PROTECÇÃO CIVIL – FOGOS FLORESTAIS**

. CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA

. Podengos - Freg. de Soure

- Homologação de Auto de Recepção Definitiva

**Ponto 10. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA**

. Delimitação dos Perímetros de Protecção de Captações de Águas Subterrâneas

- Adjudicação

**Ponto 11. QUEIMA DAS FITAS // 2007**

Ponto 12. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

**06.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007**

**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

O Senhor Presidente deu início à reunião, começando por prestar um conjunto alargado de informações:

**\* EDUCAÇÃO**

- No dia 20 de Março, estivémos presentes na Sessão Solene de Abertura das Jornadas Culturais do Agrupamento de Escolas de Soure, a qual teve dois objectivos muito claros: desenvolver funções de complementaridade curricular e, ao mesmo tempo, por via dessas acções, dar a conhecer a toda a comunidade educativa a sua capacidade de realização.

Congratulá-mo-nos com tudo aquilo que seja fazer mais do que o que é estritamente actividade educativa convencional... a ligação ao meio, ao tecido empresarial, a Educação/Formação, até de menos jovens, o direccionar os cursos para uma utilidade e uma sequência em termos de inserção na vida activa menos difícil...

- No dia 24 de Março, a convite da IPSS da Vinha da Rainha, no âmbito da Educação/Formação de Adultos - EFA, estivemos também numa acção aberta à comunidade, com os formandos envolvidos, subordinada ao tema "*Direitos Humanos, Deveres Cívicos*" e ao sub tema "*Alimentação do Idoso*". Pudémos constatar, mais uma vez, que o saber é essencial ao desenvolvimento e que, acima de tudo, não tem idade...

- No âmbito de um projecto que deu pelo nome "*O que nos Toca*", o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, a Comissão Europeia, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Ministério da Educação acordaram em colaborar nos festejos do 50.º Aniversário do Tratado de Roma.

Concretamente, convidaram todos os Municípios do País a promover a interpretação do Hino da Europa que, como sabem, é a 9.<sup>a</sup> Sinfonia de Beethoven, no dia 25 de Março.

A Câmara Municipal, o Agrupamento de Escolas e a Banda de Soure, em parceria, tornaram possível responder positivamente e foi bonito de ver!!!...

## **06.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Março de 2007**

### **\* ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA**

No dia 22 de Março, a propósito do Dia Mundial da Água e de uma iniciativa comemorativa da mesma, assente numa parceria da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, do Instituto da Água e das Águas de Portugal, eu próprio, a Dra. Manuela Santos e o Dr. Marcus Tralhão, estivémos no Pavilhão de Portugal e assistimos a um fórum subordinado ao tema “*Economia da Água, como Enfrentar a Escassez*”. Pudémos ouvir várias exposições sobre as virtualidades de diferentes estratégias, umas assentes na concessão pura e simples, outras na manutenção deste serviço público na Câmara Municipal... mas, acima de tudo, percebemos que importa incentivar, estimular, aquilo que se considera ser e deva ser, o uso cada vez mais eficiente do bem escasso que é a água.

\* O Serviço Local da Segurança Social retomou muito recentemente a actividade no seu espaço habitual, depois de nele terem sido realizados os investimentos considerados necessários e adequados.

Observe-se que, na sequência das “cheias” do final do ano transacto, 2006, esse espaço havia ficado muito degradado; então a Câmara Municipal, conforme se recordarão, para evitar o encerramento temporário desses serviços, autorizou, a título provisório, a utilização de um outro espaço que, naturalmente, ficou agora livre.

\* No dia 26 de Março, estivémos em Lisboa, numa iniciativa da Associação Nacional de Municípios Portugueses, uma conferência subordinada ao tema “*Cidades Criativas, Metodologias de Desenvolvimento*”. Todos têm consciência que este é um ano muito mais decisivo do que possa parecer, pois está a ser elaborado o Plano Regional de Ordenamento do Território e estão a ser definidas as regras de elegibilidade do próximo Quadro de Referência Estratégica Nacional que condicionará tudo aquilo que possa vir a acontecer até 2013, em termos de investimentos.

\* No dia 23 de Março, conjuntamente com os Senhores Presidentes de Câmara da Figueira da Foz, de Montemor-o-Velho e de Mira, no GAT da Figueira, participei numa reunião com o Senhor Presidente da CCDRC, o Prof. Alfredo Marques, que nos informou do seguinte: mais de metade dos 16 GAT’s da Região Centro Litoral estão extintos... que o GAT da Figueira, Gabinete Técnico que integra estes quatro Municípios, é para extinguir... que ainda estão lá quatro pessoas a trabalhar, dois Engenheiros Cívicos, um Desenhador e um Orçamentista e que, até final deste ano,

***06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007***

se os Municípios quiserem, deverão aproveitá-los porque não trarão quaisquer encargos para os Municípios sendo que a “evolução” normal será irem para a lista de excedentários... Como devem imaginar, nenhum dos Presidentes de Câmara se pronunciou sobre a necessidade ou falta dela para aproveitamento de qualquer técnico ainda que todos tenhamos manifestado disponibilidade para podermos aproveitá-los em função da realidade de cada Município.

Em termos do Município de Soure, o GAT, desde 1999, tem sido um elemento de passagem das nossas Candidaturas aos Quadros Comunitários de Apoios. A extinção dos GAT's era, do nosso ponto de vista, uma sequência lógica inevitável...

\* No dia 22 de Março, no Salão Nobre da Câmara Municipal, decorreu uma reunião promovida pela Região de Turismo do Centro e pelo Instituto de Conservação da Natureza com a presença dos Municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Soure e Condeixa-a-Nova; basicamente, foi uma reunião preparatória para a elaboração de uma Candidatura a apresentar pelo Instituto de Conservação da Natureza, Delegação de Coimbra, à Carta Europeia de Turismo Sustentado.

Nós temos vindo a aderir a um conjunto de opções estratégicas também elas ligadas ao Turismo e esta, ainda que possa parecer mais uma, vem complementar e não constituirá qualquer encargo para os Municípios. Com a Carta Europeia de Turismo Sustentável poderemos creditar/validar território considerado natural. No Concelho de Soure estamos a falar na parte do Baixo Mondego que integra, designadamente, o Paúl da Madriz, nomeadamente as Freguesias de Alfarelos, Brunhós, Figueiró do Campo, Gesteira, Granja do Ulmeiro, Samuel, Soure, Vila Nova de Anços e Vinha da Rainha.

Se esta Candidatura vier a acontecer significará que iremos ter mais uma “mancha” do nosso território que, validada/certificada, passará a ter outro tipo de divulgação e de possibilidade de encontrar formas de intervenção e valorização.

- Amanhã, pelas 18 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, numa Sessão Solene presidida pelo Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Professor Doutor João Ferrão, irá ocorrer a subscrição do Acordo de Colaboração com o Instituto Nacional da Habitação relativa à aprovação da Candidatura apresentada ao Programa PROHABITA.

***06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007***

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “no âmbito da política de proximidade estivemos presentes, no dia 17 de Março, no Centro Social 17 de Agosto do Espírito Santo numa iniciativa musical; nesse mesmo dia, num convívio no Casal da Venda promovido pela comunidade local e nos dias 24 e 25 de Março, em S. José do Pinheiro, em diversas iniciativas também promovidas pela comunidade.

Como sabem, no dia 21 de Março comemorou-se o Dia da Árvore. A árvore é um “ser vivo” fundamental para a nossa existência, todavia é sempre vítima de uma série de agressões, número elevado de abates, incêndios, “maus-tratos”... naturalmente, reflectindo-se na qualidade do ar que respiramos. Também é necessário ter bom-senso, a noção de equilíbrio nas nossas atitudes porque, pontualmente, a Câmara Municipal vê-se “obrigada” a fazer alguns abates no âmbito da Protecção Civil quando se põe em causa a segurança e a vida das pessoas. Nesse sentido, o Senhor Presidente de Câmara tem dado directrizes no sentido de fazermos umas arborizações, naturalmente, em espaços devidamente adequados.

No âmbito do projecto de valorização da Zona dos Bacelos, estamos a plantar cerca de 40 árvores junto às margens do Rio Anços e do Rio Arunca; esta plantação não é feita de forma avulsa, é feita de forma avalizada, tecnicamente estudada tendo em conta a regularização futura das margens, porque nem todas as margens, tanto do Rio Anços como do Rio Arunca, estão regularizadas, só uma parte do Rio Anços; as características do terreno e também, a curto prazo, os futuros equipamentos que iremos lá colocar. As espécies que foram lá plantadas também entram em conjugação com as que estão no Jardim da Várzea, são árvores de médio/grande porte: plátanos, acer e amoreira; uma primeira fase no processo de valorização na Zona dos Bacelos.

No dia 22 de Março comemorou-se o Dia da Água. Como todos nós sabemos, a Água é um bem cada vez mais escasso, muito precioso, contudo, demasiadas vezes vítima de agressões de variada ordem... Também li uma informação da Organização Mundial de Saúde que diz que: “uma em cada seis pessoas não tem acesso à água potável”, isto, sem dúvida, que é uma situação dramática; este bem natural cada vez é mais escasso e, sem dúvida, que a vida, o futuro deste planeta, está dependente de todas as nossas atitudes e comportamentos.

Falando da Água do nosso Concelho, podemos dizer que em termos de Abastecimento Público de Água somos um bom exemplo em termos nacionais, quer pela qualidade, quer pelo número de captações, quer também pelas alternativas quando há alguma falha e também, não menos importante, a eficácia

**06.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007**

dos nossos serviços na resolução de inúmeros problemas. Mas tudo isto se deve a uma política, naturalmente, desenvolvida pelo Senhor Presidente de Câmara que tem feito um grande esforço, empenhamento, acompanhamento deste bem que é a água, essencial para as nossas populações. Contudo, falamos na qualidade da água, na sua importância... mas continuam os desperdícios, os abusos, os vandalismos dos equipamentos e tudo isto é sequência de alguma falta de civismo, alguma falta de respeito por este bem comum que é a água.

É urgente uma mudança de comportamentos e uma racionalização da água. Na gestão do Abastecimento Público de Água há um pormenor do qual eu discordo, que tem a ver com duas vertentes: uma está direccionada para a auto-sustentação e outra para o abuso e o constante desperdício da utilização da água e estou-me a referir, concretamente, ao custo da água, ao preço que o Município paga pela mesma. Somos o exemplo em termos de baixo custo para o Município no preço da água, penso que com uma aplicação de um preço mais equivalente, que estivesse inteiramente direccionado à importância deste bem, de certeza absoluta, que as pessoas iam ponderar muito mais no desperdício... penso que é fundamental, em termos nacionais, haver rigor e rentabilização da água. A água está sujeita a um tratamento, por vezes, bastante dispendioso e digo isso porque ela é devidamente tratada, tem toda a qualidade em termos de consumo e depois vamos utilizá-la em regas, lavagens, autoclismos... estou convencido que, a curto/médio prazo, a água tem que ser reciclada.

Vou terminar com um elogio e saudar o Senhor Presidente de Câmara e a Dra. Ana Maria Treno, por uma iniciativa muito interessante que tem a ver com uma exposição sobre a Defesa do Meio Ambiente, muito didáctica, denominada “*O Caminho da Vida*”.”

O Senhor Presidente referiu que: “o Senhor Vice-Presidente Santos Mota fez um conjunto de considerações que eu não posso deixar de comentar e que tiveram a ver com a questão da Água. Importará talvez pormenorizar muito daquilo que no Dia da Água, no fórum em que estivemos presentes, foi dito e que são orientações Europeias e Nacionais. Por exemplo, quando nós falamos da qualidade da água no Concelho de Soure, temos que nos lembrar do seguinte: neste momento, há como que um controle de qualidade de serviços que está a cargo do IRAR e a Câmara Municipal de Soure, como as demais, nos últimos três anos, é daquelas que tem enviado sempre todos os elementos solicitados, sendo que essas avaliações, claramente, têm tido resultados positivos... Para além da recolha de elementos, aquilo que irá acontecer é uma universalização tranquila da intervenção reguladora

**06.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007**

do IRAR a todos os operadores, isto é, o IRAR, progressivamente, irá não apenas acompanhar e fiscalizar os operadores privados a quem foi concessionado a prestação deste serviço, como também os serviços municipais nos casos em que a Câmara Municipal continua a prestar este serviço, e porquê?... Porque, quer queiramos, quer não, a própria legislação aplicável é cada vez mais exigente em termos de verificação de um conjunto de características deste bem escasso; o significado prático dessa cada vez maior exigência é uma propensão natural e normal para o aumento do custo da água; só há uma hipótese para atenuar e controlar o inevitável aumento do custo da água, é a aposta forte no combate às perdas e o uso cada vez mais eficiente da água... isso pode passar até por questões que têm que ver com muita sensibilização, mas também com certificação e divulgação dos serviços, quer em termos de fornecimento, quer de controle e acompanhamento.

O aumento dos preços da água, mesmo para Câmaras Municipais como a nossa, vai ser uma inevitabilidade porque já o era na anterior Lei das Finanças Locais e agora está reforçada porque o estudo que fizemos, aquando da última revisão de tarifas, basicamente dizia: “com os novos preços da água nós já pagamos os custos directos do serviço e ainda não sustentamos os indirectos, nem os induzidos”... a nova Lei é muito clara, sendo que a parte não sustentada terá que ser contabilizada como subsídio à exploração... assim, será imperativa uma revisão tarifária que auto-sustente o serviço... a questão é que não basta aumentar, é preciso sensibilizar e é preciso que se perceba que a qualidade do serviço prestado está a atender a todas as exigências legais e está a ser verificado.

Aquilo que o Senhor Vice-Presidente Santos Mota pensa, sente... além do fórum emocional, transformou-se numa exigência legal e vamos, no País, ter que lhe dar esse tipo de resposta. Agora, aquilo que é importante, numa altura em que se penalizam os cidadãos por tudo e por nada, é que qualquer penalização seja muito bem explicada em termos de auto-sustentação do serviço e em termos de qualidade indiscutível do serviço que é prestado e, mais do que nós a dizer-lo, são os Institutos que acompanham e fiscalizam a prestação desse serviço que o avaliam e comprovam.

Gostaria de vos dizer ainda que 85% da água consumida continua a ser para agricultura, não obstante a diminuição da área regada e regável... mas, a grande questão é que: se 85% é para consumo agrícola e apenas cerca de 10% é consumo urbano, o resto são desperdícios!!!!... Também não é menos verdade que os consumos urbanos são  $\approx$  10% do volume, mas em termos económicos são  $\approx$  50% do volume de receita...”



***06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007***

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “na Freguesia de Pombalinho existem muitos poços não tapados, penso que devemos acautelar a segurança, quer das pessoas, quer dos animais.

Aprovámos, em reunião de Câmara, um Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia. Acontece que para esse Regulamento entrar em vigor falta eleger a Comissão de Toponímia, portanto, é urgente trabalharmos esta matéria. Os próprios CTT’s apresentam dificuldades na distribuição do correio por não existir Numeração de Polícia e Toponímia em muitas zonas.

Outra questão também levantada por mim tem a ver com os redutores de velocidade, nomeadamente nas Meãs. Posso concordar que é uma medida que pode parecer a alguns de nós, antipática porque trava a velocidade e pode prejudicar os veículos quando não se passa à velocidade recomendada, acontece é que este ano ocorreram, nessa zona, dois acidentes mortais, estou a falar de uma zona de cruzamento. Na altura, foi-me dito que estaria para breve a colocação de lombas naquela zona, as pessoas continuam a perguntar e eu, como não tenho resposta, coloco aqui a questão.

Estrada Agrícola de Paleão/Figueirinha, volto a alertar para os riscos existentes, nem todos passam lá, mas muitos Municípios utilizam aquela Estrada. Continuo a dizer que aqueles reservatórios de água que estão feitos ao lado da estrada, sem qualquer sinalização e muitos deles sem qualquer muro de protecção, representam um perigo principalmente à noite onde eles não são visíveis.

Outra situação é os WC’s públicos na Vila... continuamos sem ver resposta a uma situação destas; temos uns, mesmo no centro da vila que não funcionam, o que significa que muitas vezes utilizam os da Câmara como Casas de Banho Públicas porque são aqueles que estarão mais próximos, ou as dos cafés.

Piscina de Vila Nova de Anços, gostaria de saber quem é a pessoa responsável pelo equipamento e quem responde perante a Autarquia. Tive a possibilidade de falar com alguns Técnicos de Educação Física que, neste momento, alugam algumas áreas da piscina para fazer aulas de aeróbica ou de outras modalidades, e que me informaram que apresentam ou que gerem uma receita de cerca de 900,00 euros/mês, através da Casa do Povo de Vila Nova de Anços. Os técnicos necessitariam de equipamento que, na altura, foi prometido e que até ao momento não foi concretizado.

Por último, Espaço Multiusos, para quando a resolução do pavimento?”

***06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007***

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “questão dos poços não tapados com o exemplo concreto da Freguesia de Pombalinho... Portugal é um Estado de Direito e é evidente que as Leis são para serem aplicadas. A Lei é clara quanto aos cuidados a ter aquando do licenciamento e da existência deste tipo de estruturas; a maioria dos poços não tapados serão, designadamente os de Pombalinho, anteriores ao período dos licenciamentos legalmente obrigatórios.

Tanto quanto nos é dado saber, de vez em quando aparecem queixas pontuais e os serviços notificam no sentido de que o proprietário actue em conformidade com a Lei. Outra questão será avaliar a possibilidade de termos ou não termos capacidade para fazer como que um diagnóstico da situação em termos Concelhios... porventura, uma forma preventiva/profiláctica de nos anteciparmos a queixas eventuais/avulsas.

Comissão de Toponímia... de facto passou tempo demais... o problema é que, tanto quanto nos recordamos, subsiste uma questão: a definição da composição da Comissão é apenas “parcialmente” objectiva... A verdade é que, em conversas informais, temos tido algumas dificuldades em objectivar minimamente aquilo que é subjectivo... não deveremos continuar a “bloquear” a eficácia e a celeridade de um processo, pois tal cortaria o que pretendíamos quando o aprovámos. Numa das próximas reuniões iremos, certamente, resolver o assunto.

Lombas... mantém-se exactamente o que disse. A nossa máquina teve uma pequena avaria, está ainda a ser reparada, e depois retomará, quer o processo lombas, quer aquilo que são as intervenções em termos de atapetamento previstas, por administração directa, para o corrente exercício.

Estrada Agrícola, Paleão/Figueirinha, obstáculos que têm que ser devidamente contornados para melhorar a segurança... importará determinar uma maior urgência na resolução do problema.

WC's... investimento na requalificação dos WC's, na Praça Heróis Coutinho e Cabral... já começou, o que significa que, dentro do prazo previsto para a duração de obra, a mesma deverá estar concluída.

Piscina de Vila Nova de Anços, quem é o responsável, geração de receitas, equipamento prometido... a Câmara Municipal não criou qualquer empresa municipal para a gestão da Piscina de Vila Nova de Anços nem está a ter qualquer despesa, qualquer custo de natureza excepcional com qualquer responsável... em termos de acompanhamento do estado do equipamento físico é, normalmente, o Senhor Engenheiro Mauro, Técnico Municipal, quem o faz e que alerta para a necessidade de se resolver esta ou aquela questão que possa estar menos bem; em termos ambientais é a Senhora Engenheira Cristina Madeira, também Técnica

***06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007***

Municipal. Estamos a equacionar a implementação de um novo modelo de gestão que potencie e intensifique a sua utilização, que o torne mais auto-suficiente. Observe-se que, independentemente de poder haver uma qualquer entidade, que alugue, nos termos previstos no Regulamento, que gere esta ou aquela receita, não tenho conhecimento de nenhum equipamento prometido... que eu saiba a Câmara Municipal é um órgão que integra pessoas eleitas e só esses é que estão em condições de assumir compromissos. Se alguém, um qualquer funcionário, em nome da Câmara, não legitimado, assumiu qualquer compromisso... Penso que haverá algum voluntarismo positivo de um conjunto de Técnicas de Educação Física, que porventura, estarão a dinamizar extractos populacionais, que saudavelmente acham que estão a contribuir para uma maior utilização, que gostariam de ver uma resposta mais versátil... certamente que procuraremos ir avaliando, mas, daí a dizer-se que há qualquer situação de compromisso...

Relativamente à questão do Espaço Multiusos Soure 1111, a parte degradada... não obstante ainda não estar clarificada, a questão da culpa por inadequação ou má aplicação do material utilizado, a Câmara Municipal, deverá, nos próximos meses de Abril ou Maio, iniciar a substituição do arruamento principal, cerca de 1300 m<sup>2</sup>, por calçada grande de 15 por 15; é uma solução com o mesmo aspecto da pedra e que garante aquilo que o IPAR pretende, que é manter-se a permeabilização do solo.

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “há temas que pela sua importância a todos os níveis, mas sobretudo por um que é essencial para todos nós, que é a vida, evidentemente, que são consensuais, ninguém põe em causa a importância da água. Já numa das reuniões de câmara, não há muito tempo, quando colocámos a questão de se fazer um levantamento sobre os fornos de cal, na altura, recordo-me que estava a decorrer uma exposição na Biblioteca Municipal sobre os Rios Anços e Arunca. Sendo este um Concelho com uma grande tradição em termos de engenhos de água, também era importante que isso se fizesse não só numa perspectiva pedagógica mas também para podermos rentabilizar algumas das estruturas que ainda existem. Esta questão da água integra-se numa questão mais vasta que são as energias limpas, ontem falava-se muito sobre a nova central fotovoltaica que foi inaugurada... fala-se muito destas energias limpas e eu registo com tristeza, que a única produção de energia hidráulica no nosso Concelho tenha perdido o alvará há bem pouco tempo e refiro-me concretamente ao primeiro aproveitamento hidráulico que se fazia na Fábrica de Paleão.

Também não querendo falar aqui do anúncio ou pré-anúncio do aumento das tarifas da água que se depreendem de algumas palavras do Senhor Vice-Presidente

***06.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007***

é que são indicações do Governo que vêm plasmadas nos jornais durante bastante tempo, que temos que uniformizar o preço da água... quero dizer-lhe que antes disso penso que era importante também que tomássemos algumas medidas que exemplificassem desperdícios que ainda se fazem, concordo perfeitamente que há muitos desperdícios. Recordo que há cerca de três/quatro anos, quando se inaugurou a Etar de Soure, verificámos que depois de tratados os efluentes, estes eram drenados para o Rio Anços já com uma cor límpida. A minha sugestão é que este tipo de águas pudessem ser reutilizadas para regas dos jardins e há uma tecnologia chamada lagoas macrófitas que faz a reciclagem destas águas para poderem ser utilizadas sem quaisquer problemas.

Nós, como eleitos, com responsabilidades políticas na decisão, temos que dar o exemplo e esta era uma forma de podermos dar sinais no sentido de, em vez de só estarmos preocupados com o consumo, numa perspectiva de redução do aumento dos preços e numa perspectiva de redução dos consumos, também termos uma atitude pedagógica e darmos o exemplo para que os outros o possam seguir. A esse propósito, há uma questão que se me põe há algum tempo e que ainda não consegui encontrar resposta porquanto é uma questão que existe. Quais são as perdas que existem no nosso sistema de Abastecimento Público de Água? Acredito que sejam significativas porquanto temos os índices de produção e sabemos quanto é que vendemos, portanto, não será difícil fazer essa questão, mas também é por aqui que nós temos que ir, é como reduzir as perdas que, em alguns Municípios, não sei se é o nosso caso, chegam a atingir 40% e 50%. São situações de grande desperdício e que nós temos que evitar.

É verdade que esta questão da água, dos rios, do Dia da Árvore... nós temos grandes tradições nestas questões e falamos aqui com grande frequência, devido não só a nossa preocupação mas à preocupação de alguns Municípios. Por exemplo, as Termas da Amieira ou melhor, o Eixo Termal da Amieira, que tem o seu enquadramento nesta questão da política da água, já para não falar da política do Dia Internacional da Árvore e da necessidade de se requalificar aquele espaço... esta é uma preocupação que nos tem acompanhado e para a qual estamos sempre disponíveis para encontrar as melhores soluções, no sentido de que esta preocupação seja resolvida ou, pelo menos, atenuada e que possamos continuar a usufruir deste bem imprescindível à vida.

O Senhor Vice-Presidente falou no plantio ordenado de árvores, cerca de 40 árvores, na Zona dos Bacelos. As Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - prevêem uma segunda fase do Plano de Pormenor para a Zona dos Bacelos, queria

***06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007***

saber como é que isso estava e como é que esse plantio das árvores se enquadra nesse Plano de Pormenor, porquanto, nós desconhece-mo-lo por completo.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “relativamente aos considerandos sobre aumento das tarifas de água... a minha intervenção anterior não pretendeu propriamente ser um pré-anúncio de um surgimento de uma proposta de aumento das tarifas de água. Independentemente de orientações nacionais, no nosso caso, tratar-se-á de uma inevitabilidade, pois bastará uma qualquer avaliação comparativa de preçários ou tarifários, isenta e objectiva!!!... acima de tudo, sentimos que: ultrapassada a batalha da quantidade, isto é, de garantir a todo e qualquer Município a ligação à rede de Abastecimento Público de Água, quase ultrapassada a questão da dependência exclusiva de uma só captação, mantido, com um funcionamento muito satisfatório, o controle qualitativo em termos químico-bacteriológicos da qualidade da água nos treze subsistemas, agora caminhando para a delimitação dos perímetros de protecção das captações, pensamos que há um conjunto de investimentos evidentes, visíveis, que nos permitem sensibilizar de que esse serviço, no mínimo, tem que se auto-sustentar!!!... Devo dizer também que há dez anos quase não conseguíamos avaliar estatisticamente quais as perdas do sistema, sendo que havia situações que apontavam para 50%, 60% e 70%; hoje, começa a ser possível, subsistema a subsistema, verificarmos, cruzarmos, os volumes saídos de uma captação com os facturados aos utentes que se servem dessa captação, sendo que as perdas, na maioria dos casos, baixaram, significativamente. Houve uma recuperação com a qual não estamos ainda satisfeitos, nem adormecidos, mas que registamos.

Como é que estamos a tentar limitar ainda mais estas perdas? Como sabe, fizemos um conjunto muito significativo de investimentos relativamente recentes, em Abastecimento Público de Água, na substituição de Adutoras, na edificação de novos Reservatórios e na remodelação/reabilitação de Reservatórios pré-existentes; por outro lado, os materiais agora usados nestas adutoras são menos propensos às roturas, mesmo com variações climáticas ou com variações de velocidade de circulação; estamos a procurar e a conseguir controlar essa necessidade de velocidade excessiva que potenciava roturas, com investimentos em pequenas Estações Elevatórias que permitem moderar a velocidade de circulação de água. Estamos, de facto, a continuar um conjunto de investimentos que nos permitem sentir que estamos em condições de tomar medidas economicamente necessárias mas mantendo a consciência social possível.

**06.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007**

Registo a disponibilidade adiantada para colaborarem na procura das melhores soluções em matérias que, de forma convergente, a todos nos preocupam.

Questão do plantio ordenado junto às margens dos Bacelos... não está ainda concluído o projecto do pequeno Plano de Pormenor para o espaço entre os rios. É preciso que relembremos que quando falamos do Plano Pormenor dos Bacelos falamos essencialmente de três fases: a aquisição dos terrenos e o acesso aos Bacelos; a requalificação do espaço entre o Castelo e o Rio Anços; o espaço entre os rios Anços e Arunca... Brevemente, iremos aprovar o projecto de três novas pontes que serão feitas: duas do lado do Rio Anços, uma que substituirá a que existe no Parque da Várzea e outra que ficará onde já esteve uma ponte provisória nos períodos de Festas de S. Mateus; uma terceira que fará a travessia do Arunca ligando à zona onde existe um Parque de Merendas.

Depois, o que está predefinido é que esse espaço deverá ser, acima de tudo, de lazer com uma área para desportos radicais e com áreas de fruição e passeio. Foi tecnicamente entendido que na margem dos rios, a exemplo do que existe do lado de cá, deveria haver uma corrente de árvores que não prejudique em nada, quer os projectos das pontes, quer a demarcação de espaço mais pormenorizada que venhamos a aprovar em termos futuros.

Quer a escolha do local, quer do tipo de árvores, foi um processo tecnicamente acompanhado pelo Senhor Engenheiro Marcelino, Técnico Avençado do Municipio, especializado nesta matéria.”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências**

**2.1. Licenciamento de Obras Particulares**

*Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----*

**Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 16.11.2006**

*Deliberado, por maioria, com seis (6) votos a favor e uma (1) abstenção, aprovar a presente proposta de Acta. -----*

***06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007***

**Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO**

- . **PROJECTOS ESCOLARES - OUTROS APOIOS**
- . **Agrupamento de Escolas de Soure**

O Senhor Presidente referiu que: “tratam-se de duas propostas concretas relativas a dois pedidos de apoio, uma deslocação aos Açores e uma visita de estudo a França.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “a minha questão advém de uma dúvida que me surgiu por uma circunstância muito idêntica, noutro contexto, que é se o Município está em condições de subsidiar um organismo do Governo Central, isto em termos formais; se a Lei das Finanças Locais permite que a Autarquia financie a Escola sendo esta um organismo do Governo Central.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “é uma questão porventura juridicamente pertinente que deverá ser avaliada, até porque temos vindo a manter reuniões com a Segurança Social, sobre a questão da impossibilidade de continuarmos a ter, dentro da própria Câmara, a vertente IPSS, no nosso caso a Casa da Criança, ao que parece, com base num Decreto-Lei de 1979 e ainda em Normativos Internos.

Os Presidentes de Câmara dos Municípios de Soure, Penela, Oliveira do Hospital, irão cuidar de encontrar uma solução que seja, a confirmar-se essa impossibilidade legal, “igual” para os três Municípios, sendo que depois cada um terá que encontrar, de acordo com as características do seu Concelho, a forma de implementar uma resposta alternativa.

A questão que o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho está a levantar é se por extrapolação isso também não nos criará problemas? Temos a mesma dúvida, mas a verdade é esta: nós temos e continuamos a ter acordos anuais com o Ministério da Educação, por exemplo, sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular, em que aprovámos Protocolos e Adendas aos Protocolos.

Além disso, temos um Plano Plurianual de Investimentos que prevê expressamente este tipo de apoios a projectos escolares...

Assim, mantém-se esta proposta de apoio, sem prejuízo de haver lugar à avaliação jurídica atrás aludida.”

***06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007***

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou dizendo: “evidentemente que essa questão do Enriquecimento Curricular e outras, como a atribuição de apoios aos Agrupamentos de Escolas, por parte das Câmaras Municipais, para as Escolas de 1.º Ciclo, também as coloquei. O que acontece é que isso é uma das obrigações do Município, é uma das suas competências e, por conseguinte, passa num quadro diferente. O que nós estamos a aprovar não é nada que decorra das obrigações do Município mas é um subsídio a uma determinada actividade do Agrupamento. Isto poderia ser ultrapassado de outras formas mas, de facto, é uma questão jurídica que eu sei que noutros Concelhos está ser muito acautelada.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “baseamo-nos no Plano Plurianual de Investimentos, onde consta a rubrica Apoio a Projectos Escolares que constituem acções enriquecedoras para a formação dos alunos e complementam o processo educativo; isso não coloca de lado o verificarmos juridicamente a questão concreta de estarmos a transferir verbas para um organismo da Administração Central. No entanto, a não haver essa possibilidade, também teríamos que retirar do Plano Plurianual de Investimentos o Apoio a Projectos Escolares.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou dizendo: “evidentemente que iremos votar favoravelmente esta proposta com aquela questão que levantámos de haver um parecer jurídico que sustente a sua legalidade.

Quanto à questão da Escalada, conheço alguns dos participantes. Não sei qual é a metodologia adoptada pelo Agrupamento de Escolas para conseguir o montante, que é relativamente elevado. Sei que há algumas crianças com muitas carências económicas; nesse caso devia ter-se em atenção esta situação para que não se criem situações de desigualdade por via de uns terem mais capacidade económica do que outros. Em futuras organizações, julgo que o Agrupamento de Escolas deverá informar a Câmara Municipal dessas situações para que, de facto, não se crie uma situação de exclusão para as crianças que estão em situação difícil.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno respondeu dizendo: “essa situação está a ser tida em conta pelo Agrupamento de Escolas e, portanto, não é por isso que essas crianças não vão. Há crianças, efectivamente, com necessidades socio-económicas e que vão participar nesta visita.”



**06.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007**

**4.1. Deslocação aos Açores**

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----*

---

**4.2. Visita de Estudo a França**

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----*

---

**Ponto 5. CULTURA**

- . APOIO AO FOLCLORE
- . Grupo Etnográfico de Samuel
  - Deslocação a Espanha

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “no âmbito da Política Municipal de Cultura, dentro daquilo que são os apoios habituais neste domínio, mais uma vez, à semelhança de outras situações análogas, trata-se de um apoio que reforça as deslocações ao estrangeiro que se inserem na dinâmica dos Grupos de Folclore ao nível de permutas com Grupos Estrangeiros e que, normalmente, advêm da realização de Festivais de âmbito Internacional.

Assim, propõe-se que se aprove a atribuição de 800 euros, sensivelmente, 70% do custo de aluguer do autocarro para a deslocação do Grupo Etnográfico de Samuel a Espanha.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio no valor de 800,00 euros. -----*

---

**Ponto 6. CULTURA**

- . 25 DE ABRIL DE 1974 - PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES DO XXXIII ANIVERSÁRIO

O Senhor Presidente referiu que: “a proposta de programa procurou integrar um conjunto de acções com objectivos de natureza pedagógica, tanto quanto possível motivador e mobilizador.

**06.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007**

Assim, propõe-se que se aprove esta proposta de programa bem como a autorização das correspondentes despesas.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de programa apresentada, bem como a autorização para as correspondentes despesas. -----*

**Ponto 7. URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

**. Bairro Pré-Fabricado**

**- Homologações de Autos de Recepção Provisória**

**7.1. Demolição de 1 Casa Pré-Fabricada – 4.<sup>a</sup> Fase**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO

BAIRRO PRÉ-FABRICADO

DEMOLIÇÃO DE UMA CASA PRÉ-FABRICADA - 4.<sup>a</sup> FASE

RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por despacho de **20.12.2006**, ratificado em reunião do executivo de **29.12.2006**, à empresa **ANOG - Albino Nunes Oliveira Guardado**, pelo valor de **1.375,00€**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
23.03.2007

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----*

**7.2. Demolição de 1 Casa Pré-Fabricada - 5.<sup>a</sup> Fase**

**06.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO  
BAIRRO PRÉ-FABRICADO  
DEMOLIÇÃO DE UMA CASA PRÉ-FABRICADA - 5.<sup>a</sup> FASE  
RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por despacho de **18.01.2007**, ratificado em reunião do executivo de **25.01.2007**, à empresa **ANOG - Albino Nunes Oliveira Guardado**, pelo valor de **1.375,00€**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
26.03.2007

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----*

### **7.3. Demolição de 1 Casa Pré-Fabricada - 6.<sup>a</sup> Fase**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO  
BAIRRO PRÉ-FABRICADO  
DEMOLIÇÃO DE UMA CASA PRÉ-FABRICADA - 6.<sup>a</sup> FASE  
RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por despacho de **30.01.2007**, ratificado em reunião do executivo de **15.02.2007**, à empresa **ANOG - Albino Nunes Oliveira Guardado**, pelo valor de **1.375,00€**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

**06.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007**

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
26.03.2007

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----*

**Ponto 8. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS**  
    . CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO - DAS FREGUESIAS  
    . **Ampliação do Cemitério da Granja do Ulmeiro**  
      - Homologação de Auto de Recepção Provisória

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE - CEMITÉRIOS  
          CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO - DAS FREGUESIAS  
          AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA GRANJA DO ULMEIRO  
          RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **25.02.2005**, à empresa **José França, Construções, SA**, pelo valor de **75.538,95€**, acrescido de IVA, tendo atingido o valor final de **75.145,23€**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
16.03.2007

*Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----*

**Ponto 9. PROTECÇÃO CIVIL – FOGOS FLORESTAIS**

**06.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007**

- . CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA
- . Podengos - Freg. de Soure
- Homologação de Auto de Recepção Definitiva

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: PROTECÇÃO CIVIL - FOGOS FLORESTAIS  
CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA - PODENGOS  
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA

Por deliberação de 29.04.2002, foi homologado o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. art. 226.º, n.º 1 do art. 227.º e n.º 1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
23.03.2007

*Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação da presente auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----*

- Ponto 10. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA**
- . Delimitação dos Perímetros de Protecção de Captações de Águas Subterrâneas
- Adjudicação

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA  
DELIMITAÇÃO DOS PERÍMETROS DE PROTECÇÃO DE CAPTAÇÕES DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS  
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação camarária de 15.02.2007, foi decidido recorrer à figura da **consulta prévia (a dois fornecedores)** como procedimento prévio à adjudicação do fornecimento acima mencionado.

Ambas as empresas consultadas apresentaram as seguintes propostas:

**06.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Março de 2007**

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Álvaro Manuel da Silva Florêncio	9.000,00	120 dias
Geodinâmica, Lda	4.580,00	8 semanas

Tendo em conta o critério de análise de propostas - unicamente o preço mais baixo -, os serviços sugerem a adjudicação do presente fornecimento à empresa **GEODINÂMICA, LDA**.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - *vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

O presente fornecimento encontra-se dispensado de audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 154.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

**Conclusão**

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A **adjudicação** do presente fornecimento à empresa **GEODINÂMICA, LDA**;
2. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **4.580,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
21.03.2007

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.* -----

**Ponto 11. QUEIMA DAS FITAS // 2007**

O Senhor Presidente referiu que: “habitualmente, nesta altura, costumam dar entrada na Câmara Municipal inúmeros pedidos de apoio de Estudantes Universitários originários do Concelho... a Câmara Municipal tem aprovado, anualmente, colaborar através de publicidade, concretamente com uma saudação em 25% de página, nos “Livros de Curso”.

Assim, propõe-se que aprovemos esta proposta de apoio, habitual.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.* -----